

HABEAS CORPUS Nº 492.635 - SP (2019/0038003-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MENESIO PINTO CUNHA JUNIOR - SP149434
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAELA ROSA GERONIMO (PRESO)
PACIENTE : CLODIONALDO JESUS LOPES (PRESO)

DECISÃO

A Defensoria Pública, insurgindo-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em recurso de apelação, vem ao Superior Tribunal de Justiça requerer, neste *writ*, a absolvição de **Rafaela Rosa Gerônimo** e **Clodionaldo Jesus Lopes** da condenação pelo crime de associação para o tráfico, por ausência de estabilidade e permanência, ou a redução da pena de ambos ao mínimo legal, estabelecendo-se o regime inicial aberto para o cumprimento da pena (Processo n. 0006083-80.2015.8.26.0495, 1ª Vara da comarca de Registro).

Requer, em caráter liminar, *a adoção de regime menos gravoso aos pacientes, para que aguardem o julgamento definitivo do mérito deste writ* (fl. 16).

É o relatório.

Quanto ao regime, o Tribunal paulista justificou a imposição do *fechado*, em consonância com os princípios da necessidade e da suficiência (CP, arts. 33 e 59) (fl. 195).

No caso, apesar da existência de circunstância judicial negativa, a pena dos pacientes foi fixada em 4 anos de reclusão. Assim, verificada a primariedade dos sentenciados, o regime semiaberto (o mais gravoso, segundo o *quantum* da sanção aplicada) é o suficiente à prevenção e à reparação do delito.

Sendo assim, **defiro a medida liminar** para garantir, até o

julgamento final deste *writ*, que os pacientes iniciem o cumprimento da privativa de liberdade no regime semiaberto (Processo n. 0006083-80.2015.8.26.0495, da 1ª Vara da comarca de Registro).

Comunique-se o teor desta decisão ao Tribunal local e ao Juízo de primeiro grau para que as providências sejam imediatamente tomadas. Solicitem-se informações às indicadas autoridades, sobretudo quanto à atual situação dos pacientes.

Depois de juntadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator